

CNseg lança cartilha sobre adaptação climática e reforça papel estratégico do setor de seguros



A CNseg acaba de lançar a cartilha "**Agenda CNseg - Adaptação Climática**", um documento que destaca o papel fundamental do setor de seguros na construção de uma sociedade mais resiliente diante dos impactos das mudanças climáticas. A publicação reúne conceitos, diretrizes e propostas voltadas à atuação estratégica das seguradoras, com foco na prevenção de riscos, proteção das pessoas e promoção de soluções sustentáveis.

Com uma abordagem acessível e orientada à ação, a cartilha propõe um olhar abrangente sobre os desafios impostos pelos eventos climáticos extremos, que têm se tornado cada vez mais frequentes e severos. Em 2023, segundo dados do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), mais de **1.160 eventos de desastres associados a extremos climáticos** foram registrados no Brasil, afetando diretamente **cerca de 2,5 milhões de pessoas**. Além disso, a Confederação Nacional de Municípios aponta que **mais de R\$ 86 bilhões** foram acumulados em prejuízos públicos e privados no país entre 2013 e 2022 devido a desastres naturais.

Diante desse cenário, o setor de seguros pode oferecer importantes contribuições por meio de produtos inovadores, políticas de subscrição e investimentos responsáveis. A cartilha aponta que o setor segurador brasileiro **movimenta aproximadamente R\$ 600 bilhões por ano**, considerando seguros, previdência complementar e capitalização, o que demonstra seu potencial para atuar como catalisador de políticas de adaptação e resiliência.

O documento também reforça a importância do diálogo com o poder público, a academia, a sociedade civil e o setor produtivo, de modo a fomentar uma cultura de adaptação climática. Entre os destaques estão as diretrizes que podem orientar políticas públicas e programas de mitigação de riscos, bem como os exemplos de boas práticas que já vêm sendo adotadas em diferentes países.

A cartilha faz parte da estratégia da CNseg de promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a atuação das seguradoras frente aos desafios globais, alinhando-se às principais iniciativas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios para o Seguro Sustentável (PSI – Principles for Sustainable Insurance), da ONU.

Confira abaixo a publicação na íntegra e saiba como o setor de seguros pode ser um agente de transformação na adaptação às mudanças climáticas.

Setor de Seguros debate Resiliência Climática e Urgência por Adaptação no Brasil

Presidente da CNseg diz que que a hora é de olhar para a agenda de adaptação aos riscos climáticos

“Evidentemente que não se pode abandonar a agenda de mitigação, mas a gente precisa olhar com mais atenção a agenda de adaptação”, que foi o exemplo relegado até aqui, disse o presidente da CNseg durante evento que discutiu a transição climática, em São Paulo. Para Dyogo Oliveira, o setor segurador está preparado para oferecer soluções para este processo de adaptação e mitigação climática assim como todo o processo de construção de uma sociedade mais resiliente.

“Eu acho que o Brasil está numa posição muito favorável. Nosso problema climático ainda é administrável. Eu acho que a gente ainda tem tempo de melhorar a resiliência da nossa sociedade e que a gente tem ainda tempo de construir os produtos adequados para isso”, disse durante o debate “Improve: Juntos pela Resiliência Climática”, promovido pela Seguradora Zurich.

O presidente da CNseg alertou para a preocupação mundial, como já acontece em alguns lugares como Flórida e Califórnia, para o risco de “desertos de seguros”, que é não poder mais garantir a cobertura de certos riscos climáticos que se tornaram inadmissíveis. No entanto, ele pondera que o Brasil ainda não está neste nível. Por isso, a CNseg tem discutido amplamente com a Susep, Ministério da Fazenda e Congresso medidas para aumentar a resiliência da infraestrutura urbana, a criação do Seguro Social de Catástrofe, a inclusão do seguro em Parcerias Público-Privada e editais de concessão para garantir que o setor segurador possa participar deste processo de transição climática endereçando soluções.

“Qual é, do ponto de vista do seguro, o maior risco que existe? Qual é o maior problema que eu vejo hoje em relação ao seguro dentro dessa agenda de risco climático? É, a gente começar a ter desertos de seguro. O setor de seguros não é um negócio de vender indenização, é um negócio de vender seguro, de aceitar risco. A indústria de seguro aceita o risco que pertence a outra pessoa.”

Dyogo debateu a questão climática ao lado do presidente da Zurich e de executivos da Susep, BNDES e Fenaber. O consenso apontou para uma necessária evolução do setor, transcendendo a tradicional indenização para focar em gestão de riscos, mitigação, adaptação e finanças sustentáveis.

Edson Franco, da Zurich Seguros, destacou a mudança de paradigma: o negócio não é mais apenas vender indenizações, mas sim melhorar a qualidade do risco subscrito, com responsabilidade perante acionistas, clientes e a comunidade. O presidente da seguradora e da Fenaprevi enfatizou a importância de serviços que ajudem na mitigação e prevenção, citando

iniciativas como o Selo Verde para oficinas (integrando ESG na cadeia de suprimentos) e parcerias para reflorestamento, como a com o Instituto Terra.

Júlia Normandi, diretora da SUSEP, posicionou o setor segurador como um "protagonista" na transformação climática, atuando em três frentes: transferência de riscos catastróficos, prevenção (incentivando comportamentos sustentáveis no mercado) e inovação (desenvolvendo novos produtos e adaptando os existentes). Ela detalhou o arcabouço regulatório em construção, incluindo a Circular 666, a participação no Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal e o desenvolvimento de uma taxonomia específica para produtos de seguros sustentáveis, visando evitar o "greenwashing". O Sandbox Regulatório também foi mencionado como um catalisador para inovações verdes.

A perspectiva do BNDES, apresentada por Claudia Prates, trouxe um tom de urgência, ressaltando que a realidade climática já exige um foco maior em adaptação e resiliência, para além da mitigação. Foi apontado que a infraestrutura brasileira não está preparada para os impactos iminentes e que o custo de capital para adaptação é um desafio significativo. A executiva destacou o compromisso histórico do BNDES com o meio ambiente e sua atual integração do risco climático nas análises financeiras, direcionando uma parcela substancial de sua carteira para a "economia verde" e colaborando ativamente na construção da taxonomia nacional.

Rafaela Barreda, da Fenaber (Federação Nacional dos Resseguradores), explicou o papel do resseguro como um suporte essencial ao mercado primário, permitindo a diversificação geográfica de riscos e absorvendo grandes impactos, como os eventos climáticos extremos. Ela enfatizou o investimento da indústria em modelagem avançada de riscos (usando Big Data e IA) e o desenvolvimento de soluções inovadoras, como os seguros paramétricos, que agilizam a indenização. A Fenaber também promove a criação de um Hub de Dados para aprimorar a compreensão e precificação dos riscos climáticos.

O debate convergiu na necessidade de colaboração sem precedentes entre setor público e privado, investimento em dados e modelagem preditiva, desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores e um forte arcabouço regulatório que incentive, e não sufoque, a capacidade do setor de assumir riscos necessários à transição. A ampliação do acesso ao seguro e a integração da dimensão social na agenda de sustentabilidade foram apontadas como desafios cruciais para garantir uma transição justa e resiliente no Brasil.

Fonte: CNseg, em 04.04.2025